

MOÇÃO

(aprovada por unanimidade na Assembleia Geral de Sócios do dia 4/12/2025)

APOIO E COMPROMISSO COM A GREVE GERAL

11 DE DEZEMBRO DE 2025

Contra o Pacote Laboral. Não ao retrocesso e à exploração.

+ Salário | + Direitos | + Serviços Públicos

O governo do PSD/CDS, com o apoio do CH e da IL, ataca os direitos dos trabalhadores, põe em causa os serviços públicos, as funções sociais do Estado e o futuro do País. O governo apresentou um Pacote Laboral que pretende alterar a legislação do trabalho num conjunto de matérias fundamentais para os trabalhadores, procurando inverter o princípio orientador da legislação, que é a proteção da parte mais frágil da relação laboral. Quer piorar uma lei que já hoje é muito prejudicial para quem trabalha, no sentido inverso ao necessário e exigido, e transformá-la numa arma de agressão aos trabalhadores, ao serviço dos patrões.

Querem perpetuar e aprofundar o modelo assente nos baixos salários, impor o despedimento sem justa causa, agravar e eternizar a precariedade, desregular e alongar ainda mais os horários de trabalho, atacar os direitos de maternidade e paternidade, destruir a contratação coletiva e os direitos nela consagrados, facilitando a caducidade e pondo em causa o princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador em mais matérias e atacar a liberdade sindical e o direito de greve. O pacote laboral é um inaceitável ataque aos direitos conquistados com Abril e construídos por gerações de trabalhadores, uma afronta à Constituição da República Portuguesa e um atropelo aos direitos nela inscritos e tem de ser derrotado.

Nesse sentido, os docentes e investigadores presentes na AGS apoiam e votam a sua participação na Greve Geral convocada para 11 de dezembro e assumem o compromisso de tudo fazer para divulgar os objetivos da greve, mobilizar mais camaradas de trabalho e reforçar a unidade na ação dos trabalhadores, com os seguintes objetivos:

- **Rejeitar: a desregulação dos horários** e o trabalho à borla com a reintrodução do banco de horas individual ou o alargamento das condições para a imposição do banco de horas grupal; a

precariedade e a multiplicação dos motivos e ampliação dos prazos para os vínculos precários; a **facilitação dos despedimentos** e **promoção dos despedimentos sem justa causa** e a **limitação da defesa e reintegração dos trabalhadores**; o **ataque aos direitos de maternidade e paternidade**, com os horários flexíveis para mães e pais com filhos até 12 anos, com deficiência ou doença crónica, a passar a estar dependentes do “ajuste ao funcionamento da empresa” ou a redução da dispensa para amamentação até aos dois anos de idade da criança; o **ataque à contratação coletiva**, com a imposição da caducidade para acabar com os contratos e os direitos neles consagrados, ou a suspensão ou modificação, por parte do patrão, de parte ou todo o contrato coletivo de trabalho em caso de “crise empresarial”; as **limitações à liberdade sindical e ao direito de greve** e a tentativa de obrigar à prestação de serviços mínimos sem ter em conta as necessidades concretas.

- **Combater: o assalto aos direitos e a política de retrocesso** que está na base das desigualdades e dos baixos salários, do enfraquecimento dos serviços públicos e das funções sociais do Estado, uma política de afronta aos direitos de Abril que a Constituição consagra.

- **Exigir:**
 - o **aumento geral e significativo de todos os salários**, a **revogação das normas gravosas** que já hoje estão na **legislação laboral**, a **defesa e melhoria dos serviços públicos** e a **retirada do pacote laboral** como passo para um outro rumo para o país no qual o trabalho e os trabalhadores estejam no centro de uma política de desenvolvimento e progresso, por uma vida digna para todos os que trabalham e trabalharam.

- **medidas positivas para a Educação e a Ciência**, no sentido de promover a estabilidade e a qualidade, de superar problemas estruturais graves – incluindo aqueles que afetam os docentes do setor privado e do setor social - e de **valorizar a Escola Pública**, tais como:

1. Aumento real dos salários;
2. Carreiras dignas e valorizadas;
3. Valorização da Escola Pública e de todos os Serviços Públicos;
4. Medidas estruturais para enfrentar a escassez de docentes;
5. Horários e condições de trabalho justos e legais;
6. Reconhecimento da importância da negociação coletiva;
7. Resolução da precariedade laboral, ainda persistente em setores como o da investigação;
8. Aposentação justa e em tempo útil.

A Greve Geral é de Todos e para Todos os Trabalhadores. É também uma Luta pelas novas gerações e por um Portugal com futuro!

VIVA A GREVE GERAL!

VIVA O SPGL E A FENPROF! VIVA A CGTP-IN!